

António Augusto, anfitrião de Braga.
Ensaio dramatizado da cidade de,
e para além de, o comendador
Miguel Sopas de Melo Bandeira

Perante os tentadores acenos de uma visão dramatizada da história, que os trâmites evocativos de uma personalidade forte sempre convidam a arriscar, Nogueira da Silva, figura real da memória viva dos bracarenses mais enraizados – ainda que fátua e distante da nossa infância – não facilita a vida ao investigador, já que não dispõe de uma biografia, ou mesmo, ao que sabemos, não terá exarado as suas memórias e impressões privadas, para ousarmos sustentá-lo aqui com o texto de uma personagem. Isto é, não há diálogos ou sequer monólogo para um hipotético actor. Todavia, existe um conjunto de referências, breves apontamentos, ou até alguns retalhos documentais, suficientemente motivadores para podermos neste momento ensaiar uma perspectiva, embora depurada, da imagem da cidade com que se identificou e que, também a seu modo, quis que fosse sua.

Parece-nos pois, por isso, oportuno começar por propor uma aproximação consensual. Digamos, partir do princípio que a melhor denominação do nosso homenageado é designá-lo como um anfitrião. Essa figura que a etimologia dá como o *dono de uma casa* – aquele que, literalmente, paga as despesas de uma festa ou banquete – e que se afirmou simultaneamente ausente e presente da cidade, ora servindo-a como uma espécie de embaixador honorário junto da capital (então muito mais inacessível e providencial daquela que hoje persiste) ora, por outro lado, evidenciando-se como um produtor de cosmopolitismo em Braga. Diríamos mesmo, como um programador de eventos de corte na cidade, e dos quais o mecenato compreenderá uma faceta dessa expressão, sublinhe-se, não menos generosa ou menor por isso.



Partida do Cardeal Legado, D. Manuel G. Cerejeira, 7 de Junho de 1964.

António Augusto Nogueira da Silva, como outros ilustres filhos dados à terra, é também ele um exemplo da capacidade local em superar as desvantagens de quem daqui parte, deste território uno, mas desequilibrado que é o nosso. Redobradamente digno de reflexão, mais ainda porque agora um dos problemas estratégicos do desenvolvimento de Braga assenta precisamente na minguada de protagonistas capazes de se afirmarem para além do âmbito da localidade, sem, todavia, precisarem de se divorciar dela.

Partiremos pois, das referências que entretanto vamos dispondo, na convicção tranquila de que as perspectivas são tantas quantos os olhares.

* * *

A António Augusto – nem de propósito um nome clássico que evoca a orgulhosa latinidade do *genius loci Bracaro* – começamos por o imaginar do alto de uma destas varandas, apartando-se momentaneamente do torvelinho de alguma das suas muitas recepções que organizou, de cujo brilho os lustres e o vozear animado dos convivas permite, àqueles como nós, *mirones* de circunstância, cogitar para além do fausto do acontecimento, do prosaísmo de quem lá está e não está, dos trajes de cerimónia e das iguarias servidas, na tentativa de imaginar os pensamentos que lhe vão na alma, e porque não, adivinhar o que ele vê para além da ampla praça que daqui se vislumbra, evocando aquela hipérbole de lucidez que Cervantes nos legou, pela voz de D. Quixote, recordando-nos que *se não víssemos mais do que os nossos olhos vêm o mundo todo não passaria de uma taberna*.

Possivelmente saltar-lhe-ia à mente a já quase apagada imagem do ancestral Passeio Público, ténue memória da sua meninice, que recordaria ainda no alinhamento das tílias da Avenida, avivando, pela sua regularidade marcial, o gradeamento que encintava a verdejante mancha das *promenades* românticas. Curiosamente, as mesmas tílias que, em Outubro de 1967, a pretexto da abertura do adro dos Congregados, recomendara à Irmandade de N.ª S.ª das Dores e de Santa Ana que duas delas fossem abatidas, de modo a poder apreciar, da

mesma varanda onde agora se encontrava, a moldura integral da Igreja dos ditos Congregados. Afinal de contas, essa pujante obra, inicialmente concebida e arrancada no vigor do Barroco bracarense, prouvera ser concluída a suas próprias expensas, cinco anos antes, com a edificação do campanário poente e de outros motivos menores que aguardavam concretização¹.

Com efeito, desde os saudosos tempos do Jardim do Passeio Público (resquíio da urbanidade oitocentista, das primeiras expressões de modernidade e civilidade secular da cidade) que confrontava a plataforma central do largo da Lapa (a episódica praça do monárquico Hintze Ribeiro que se tornou da República depois do advento desta) e as suas Arcadas, estavam ali diante de si, desfrutáveis, para gáudio de quem, invertendo a posição de actor, a tudo assistia numa espécie de camarote sobre o grande palco onde se desenrolavam as cenas fundamentais do espectáculo quotidiano de Braga. Ainda que mantendo a primazia do passado, o Comendador podia constatar, logo a seus pés, o testemunho de uma ausência. De facto, os já pouco reluzentes *rails* do empedrado lembravam-lhe certamente as passagens do *eléctrico* que substituíra a saudosa velha “chocolateira” dos vastos bafos a vapor e das ameaçadoras faúlhas. Logo ali ao lado ficava a estação central, em tempos referenciada ao Grande Hotel de Braga (iniciativa de um outro grande empreendedor da terra, Manuel Joaquim Gomes), precisamente do lado das casas que, há muito tempo e sem sucesso, os herdeiros de um visconde de saudosa memória, teimando em não vender a que faltava, impediam assim, que esta onde agora nos encontramos, pudesse consubstanciar um monopólio digno de proporcionar a grandiosa casa que o Comendador sonhava para a Avenida Central.

Nogueira da Silva acompanhara a transformação do elegante jardim, retentor dos passeantes e promotor do intimismo, na moderna avenida, mais dada aos ímpetus *futuristas* da velocidade e da rectilinearidade. Primeiro esgalhada sob as quiméricas promessas eleitorais de um outro comendador – Paes Abranches – na década de oitenta do século passado, que pretendia levá-la, no tipo *boulevard*, até à base do funicular do Bom Jesus – adivinhe-se, com o seccionamento que aqui defronte se nos apresenta – e, mais tarde (1913) (antevendo quiçá a inexorável afirmação do automóvel) com o seu rasgamento efectivo, levado a cabo pelo primeiro autarca da República, o Coronel Albano Lopes Gonçalves.

A ideia da grande avenida não ficou, porém, esquecida, antes sobreviveu enraizada no imaginário dos bracarenses, como nos testemunha a toponímia, com o café ou o bazar que vieram mais tarde a abrir com o mesmo nome. Mas o realismo pragmático do custo das expropriações e a fortuna republicana da desamortização do Convento dos Remédios, reorientaram a energia rodoviária mais para Sul, com o projecto da Avenida da Liberdade (1907), sobre a antiga rua das Águas. Verdadeira alameda da modernidade que, todavia, só se consumou na passagem para a segunda metade do século XX.

Voltando de novo à varanda da casa Nogueira da Silva, muita coisa entretanto mudara ao longo da vida do Comendador. O teatro de S. Geraldo – primeira sala de espectáculos construída de raiz na cidade para o efeito – fora abandonada pelo novíssimo e inicialmente concorrente Teatro Circo, para dar lugar à delegação do Banco de Portugal, não que sem antes ainda tivesse servido, num dos seus últimos expeditos usos, para o ministro Afonso Costa explicar aos apaniguados, quando veio a Braga, a sua famosa lei de separação entre o Estado e a Igreja. Ao lado, poucos mais anos sobreviveu o não menos famoso Banco do Minho, hoje sede da Caixa Geral de Depósitos, exemplo real do espírito de iniciativa e da capacidade financeira local em projectar-se além das fronteiras regionais.

Defronte, também, o já imemorial convento dos Oratorianos (actual Instituto de Estudos da Criança da UM), verdadeiro *edifício multiusos* da modernidade de Braga, já que serviu um pouco de tudo e a todos, desde professores e administrativos, a militares, bibliotecários, polícias, estudantes externos e internos. Acolheu inúmeras funções, como governo civil, posto de comunicações, biblioteca, arquivo, repositório de acervos museológicos e até, episodicamente, como sala de espectáculos. Para além da Biblioteca Pública, foi talvez a função de Liceu (desde 1836) que o tornou mais famoso, já que durante longo tempo, e para muitas gerações, afirmou a imagem de marca do progresso em Braga. Em 1921 foi transferido para as instalações, também elas desamortizadas, do antigo Colégio do Espírito Santo, onde hoje se situa a sua herdeira patrimonial. De repente um pensamento lhe ocorreu. Um ano antes, avivar-se-lhe-ia a saudosa memória, casara ainda jovem com Maria Eugénia.

Entretanto, seguindo o vaguear do olhar é possível que, logo à face dos Oratorianos, os seus pensamentos seguissem pela embocadura da indeterminada

rua D. João Cândido Novais e Sousa (que todos conhecemos por Cangosta da Palha) decerto trazendo-lhe à lembrança o processo da construção do pavilhão desportivo de Braga que, alguma vez, sem que o imaginasse (sorriria) iria interferir directamente com o seu sossego.

* * *

Chegou a altura, porém, do narrador fazer aqui um assomo à boca de cena, para explicar que a personagem mitigada de António Augusto vai agora fazer um *off* na interpretação – problema de encenação que aliás se resolve bem, porque supondo-o ali na varanda, não o vemos nem ele nos escuta. De facto, por entre as diversas memórias documentais avulsas que um arquivo municipal de obras sempre encerra, amiúde as mais pitorescas, melhor dizendo, as mais humanas, as que mais nos empolgam são muitas vezes aquelas que encontramos acidentalmente nos interstícios da sistemática. Perdoem-nos o aparte, mas sempre recordamos aquela que tomamos por exemplar, quando nas costas da planta de um projecto de arquitectura, encontrámos, em rabiscos violentos escritos a lápis, as alegações de um outro não menos indiferente Comendador António, mais conhecido por Santos da Cunha, e que possivelmente interrompido na sua função de príncipe local, não perdeu tempo a rascunhar as inadiáveis e judiciosas alegações de defesa do seu clube do coração, que fora castigado com interdição de campo num célebre caso da agressão a um árbitro. Como os mais antigos ainda se recordarão, o presumível acto, ao que se sabe, foi perpetrado no interior do balneário do seu novíssimo *28 de Maio*, a partir de um providencial escadote que alguém *inadvertidamente* se havia esquecido no local.

Assim, partindo de dois processos, apresentar-vos-emos também dois casos de obras públicas da cidade de Braga que envolveram directamente Nogueira da Silva e que não sendo talvez os mais ilustrativos da relação urbana que manteve com a cidade, são os mais oportunos que dele podemos trazer esta noite, no que toca à sua Braga vivida.

Na realidade, ao que sabemos, não nos consta que o Comendador tenha sido muito dado ao interesse pelo desporto e pelas lides clubistas. Contudo, seria por causa de um equipamento desportivo que o seu sossego iria ser sobressaltado. Tudo começou em Setembro de 1963, quando o Presidente da Câmara Dr. Araújo Malheiro soube pelos jornais que o Governo criara um Plano de construção de pavilhões gimnodesportivos nas principais cidades do País (isto era, Lisboa, Porto e Coimbra). Aí encontrou as *razões mais que suficientes para justificar e solicitar a construção* de uma unidade em Braga, motivo determinante para ter logo enviado uma missiva ao Director Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar, sugerindo como lugar *ideal para a sua instalação o Parque da Ponte*, por aí já se localizar o estádio, a piscina e o *rink* de patinagem. De facto, era a grande ocasião para viabilizar o almejado sonho da "cidade desportiva". Não deixa de ser curioso reter a argumentação e a oportunidade da proposta. Para além da urbe dispor já dos seus respeitáveis 40 mil habitantes era sempre útil recordar aquela que se tornou numa mais-valia local e que, passo a citar, *tendo partido de Braga a arrancada que deu origem e proporcionou o "Movimento de 28 de Maio de 1926", a que se deve a actual situação política, com todo o prestígio e glorificação que trouxe ao nosso querido Portugal, seria um contributo do desporto Nacional, às comemorações do 40.º aniversário desse movimento, que se aproxima (...)* contar a sua inclusão no Plano das Construções desses serviços. Não nos esqueçamos que as mesmas razões tinham sustentado vinte anos antes a oferta do Estádio 28 de Maio à cidade.

Obtida a resposta de que o *pedido seria oportunamente apreciado* (Janeiro de 1964), a Câmara de Braga, numa altura em que o Presidente se encontrava já gravemente enfermo, incumbiu o seu Vice-Presidente, Dr. Viriato Amaral Nunes, de diligenciar na conquista dessa aspiração para a cidade. No relatório que este produziu, de 23-3-1964, dando conta da vontade do governo de encarregar as delegações da Direcção Geral de Desportos da administração desses equipamentos e da intenção de se localizarem junto às escolas, ia, porém, advertindo, que *o problema da cidade de Braga, quanto ao panorama Gimno-desportivo, não é[ra] propriamente um problema de falta de instalações adequadas para a mocidade escolar. É[ra] mais o da falta de um ginásio que p[udesse]ossa servir a cidade, dando-lhe a possibilidade de organizar cursos de ginástica (...)* e de se permitir a maior expansão das actividades amadoras, insistindo, por ordem de prioridades, que a melhor localização seria o Parque

da Ponte ou a cerca do Liceu Sá de Miranda. Curiosidade última que nos trás à boca de cena o seu Reitor de então, Dr. Feliciano Ramos que, a propósito do pavilhão poder ir para o Liceu, informou, sem revelar entusiasmo, haver outros planos para o local.

Chamado a Lisboa, o Dr. Viriato Nunes ficou a saber que a ideia era a de situar o pavilhão dos desportos junto às escolas, pelo que a localização proposta pela Câmara pecava por causa da distância. A propósito, no veemente parecer redigido pelo, estamos em crer, então Vereador Dr. Américo Barbosa, de Abril de 1965, relativo à objecção que determinava o Parque da Ponte como muito longe da cidade, este afirmou: *dispenso-me de gastar palavras para convencer do contrário quem assim julgue. Nós, os bracarense, consideramos que o parque da Ponte é tanto ali como o Marquês com relação ao Rossio. De facto o processo, à partida, parecia já inquinado, porque logo surgiriam mais duas propostas alheias à vontade da autarquia: – a de localizar o pavilhão nas traseiras da Escola do Magistério Primário ou no quintal traseiro da sede da FNAT², à Avenida Central³.*

Ora seria precisamente a partir deste último alvitre que a questão do pavilhão bateu à porta do Comendador Nogueira da Silva. Em 27 de Junho de 1964, o governo, através das suas instâncias tutelares, pronunciava-se em definitivo pela localização do dito equipamento no quintal traseiro da FNAT. Esta opção compreenderia a construção de um edifício-tipo, adoptado pelos MEN e o MOP⁴, subscrito pelos arquitectos Alberto Pessoa e João Abel Manta. Comportaria um recinto de 45x32mts, com cerca de 10 metros de altura, sem corpo lateral destinado a vestiários e arrecadações – por já existirem no edifício antigo existente – mas que, ainda assim, admitiria uma segunda fase que incluía a construção de uma bancada para 500 a 600 espectadores. Além dos diversos impactes negativos que, segundo as palavras do Dr. Américo Barbosa, adviriam da falta de *garantias de insonorização, capaz de impedir a transformação de toda a zona num local barulhento com o crepitar dos aplausos e a estridência de assobios à mistura, emanados por multidões de assistentes em momentos de entusiasmo e de exaltação*, das dificuldades de estacionamento automóvel nas imediações, secundando-o, acrescentava também e ainda no seu parecer, o arquitecto municipal J. Cortez Marques, *que um dos vizinhos é o Sr. Comendador A. A. Nogueira da Silva, possuidor de um lindíssimo quintal esmeradamente*

*ajardinado e que não deixará certamente de reivindicar os seus direitos quanto ao devassamento de vistas e ensombramento da sua propriedade. Daqui não será difícil imaginar a reacção do Senhor Comendador, que, certamente, tendo sido atempadamente informado do projecto, não teve dificuldade em perceber que tal iniciativa comprometeria em definitivo, não só o sossego das suas estadias em Braga, como, sobretudo, ameaçava aviltar o alcance e o esplendor das suas reputadas recepções. Entretanto, sabe-se que, em Outubro de 1964, o Comendador estaria a envidar esforços para permutar o terreno da sede da FNAT com um outro, considerado pelo edil em *óptimo local*.*



Jardim da Casa Nogueira da Silva.

Ao contrário do que seria inicialmente de esperar, o *braço de ferro* entre a Câmara de Braga e os Ministérios associados da Educação Nacional e das Corporações e Previdência Social – que viria, através da FNAT (17/7/1965), a tomar oficialmente o encargo do dito equipamento – iria ficar ainda bem mais

tenso. O governo pretendia implementar *o plano de construções de pavilhões Gimno-desportivos que este organismo [MEN] ir[ia] gradualmente executar em várias capitais de Distrito* até ao ano de 1967 e, saliente-se, adicionava também neste caso as expectativas de incluir a sua conclusão no primeiro semestre de 1966, para que a sua inauguração pudesse abrilhantar as cerimónias comemorativas do 40.º aniversário da Revolução Nacional.

Entretanto, da parte da Câmara de Braga, todo o processo negocial se degradara com o falecimento do Dr. Araújo Malheiro, tendo esta só reatado as suas iniciativas no último trimestre de 1964. A edilidade mantendo a posição contrária à localização que lhe era imposta, fazendo valer as suas prerrogativas autárquicas, as quais incluíam a capacidade de decidir sobre os *impedimentos de natureza legal; os inconvenientes de natureza urbanística e os prejuízos de ordem social*, recorreu para a intervenção de vários organismos tutelares, como a Inspeção Geral de Espectáculos, a Direcção dos Serviços de Melhoramentos Urbanos e, naturalmente, para o seu urbanista consultor, o conceituado Engenheiro Miguel Rezende, autor do Plano Parcial de Urbanização Sul de Braga (1958). Este último, a *Bem da Nação* (23/9/1965), como então era usual invocar, denunciando já o doutrinário urbanístico vigente para a época, considerava lucidamente desadequadas todas as propostas aventadas, incluindo uma nova que surgira, em terrenos onde hoje fica a Escola do 1.º Ciclo de S. Lázaro, baseando-se genericamente nos pressupostos emergentes da acessibilidade, do estacionamento e da circulação.

O que parecia inevitável aconteceu. Assim, num tom a raiar o insulto, a FNAT, ou quem na circunstância a representava, em 4-6-1965, dirigindo-se ao Presidente Dr. Viriato Nunes, comunicando ter decidido transferir para Guimarães a construção do dito pavilhão, aproveitando ainda, de uma forma pouco curial, para refutar todos os argumentos que contraditavam a peregrina opção, não se eximiu mesmo, veja-se lá, de no final da missiva tecer afirmações arrogantes relativas à cidade e ao carácter dos seus patrícios.

Enfim, como se sabe, não foi a tentativa de enxovalhamento bairrista e o acicatar da ancestral rivalidade que impediu a construção do dito pavilhão desportivo em Braga. A título de curiosidade saliente-se que, no mesmo ano de 1965,

o Governo acenava já reconciliadoramente para a Câmara de Braga com a promessa de manter a comparticipação financeira para tal fim. Pela iniciativa do Presidente Viriato Nunes, que nunca perdeu a elegância epistolar, o projecto transferiu-se para a Cangosta da Palha, subordinado agora ao denominado Projecto de Urbanização do Largo do Rechicho e da Rua do Raio (1966), tendo para o efeito até sido nomeada uma *Comissão de Localização*. Mas essa é também outra história, já que o dito pavilhão, como se sabe, só viria a ser inaugurado em 1972, como parte integrante das instalações desportivas da Escola Preparatória André Soares, numa cerimónia em que, não resistimos em acrescentar, nós próprios participamos como jovens atletas.

Não conhecemos ao certo as influências que o Comendador terá movido no sentido de pesar em tal desfecho, que, todavia, saúde-se, evitou desta vez um inequívoco atentado urbanístico. Mas que de algum modo agiu, agiu, não temos dúvidas. Eram assim os modos e as formas de um Comendador justificar o alcance do estatuto e o significado político do título que ostentava.

Recorde-se a este propósito as intercedências que moveu, no exemplo do requerimento que enviou à Câmara, pedindo que, por meio de posturas, fosse imediatamente proibido na zona de protecção da cidade a existência de polilhas, estrumeiras, capoeiras de coelhos e galinhas, e de tudo o mais que constituísse foco de infecção ou falta de higiene. Não se sabe, no entanto, se a motivação decorria das recomendações divulgadas pelos estudos do médico-sanitarista Dr. José de Almeida Soares, que seguia com interesse filantrópico, ou se, como se dizia, devido a alguns usos menos urbanos que eram dados aos quintais dos seus vizinhos mais próximos. Ou então, e ainda, numa outra missiva, de Maio de 1970, onde se queixava directamente ao Presidente da Câmara pedindo providências relativas à circulação e ao estacionamento do trânsito na Avenida Central. Neste caso, dir-se-iam, razões suficientes para que, dois meses depois, a pretensão merecesse uma nota interna dirigida ao Engenheiro Municipal A. Ferreira, no sentido deste providenciar as solicitações reclamadas. Não nos esqueçamos que, em Outubro de 1968, o Jornal *A Capital* – edição de 7/10/1968 – alertava para o grave problema do trânsito automóvel em Braga, muito particularmente para o impressionante número das 400 carreiras diárias que partiam e outras tantas que chegavam, sem contar com

os transportes públicos, que eram obrigados a passar pelo centro da cidade, em particular junto ao posto da PVT⁵ no Campo da Vinha, o que tornava a rua dos Capelistas, nas imediações da casa em que nos encontramos, numa das artérias mais congestionadas de então.

* * *

Passando ao segundo processo de obras, neste caso envolvendo directamente o Comendador Nogueira da Silva, não poderíamos deixar de evocar o bairro social que o próprio promoveu e que hoje, muito justamente, se identifica pelo seu nome⁶.

Num relatório do Governador Civil de Braga, de Outubro de 1944, citado por F. Rosas (1990)⁷, afirmava-se, e passamos a citar, *a miséria do Distrito é grande (...) e a cidade de Braga é uma coisa impressionante. [Aqui] a amplitude numérica da mendicidade ultrapassa todas as fantasias (...) há ruas quase inteiramente constituídas por habitações colectivas, no que respeita, a andares e até, a divisões (...). O mísero colchão e o mesmo cobertor (quando o há) abrigam uma família inteira.* De facto para além, das “ilhas” mais conhecidas, como o Carandá, Latinhas, Bairro Operário de St.^a Tecla, a Ilha Afonso (D. Pedro V – S. Vitor), isto já para não falar da degradação da área da Sé/Cidade, das Palhotas, etc. etc., o panorama geral da habitação em Braga, nos anos quarenta e cinquenta, era genericamente confrangedor, com um parque edificado envelhecido e degradado. Passando rapidamente pelas novas áreas de investimento votadas aos prédios de rendimento e a uns quantos focos isolados de novas moradias, tínhamos, no centro do intramuros, o prolongamento da rua Justino Cruz, no eixo hoje correspondente à rua Ribeiro Sanches e, para poente, a Eça de Queiroz; a Norte, particularmente, a rua Abade Loureiro; e a sul, sobretudo, a grande expansão orientada sob a progressão da Avenida Marechal Gomes da Costa, bem ainda como os alinhamentos primitivos ordenados por aquela que viria a ser a *rodovia* (1957), projectada pelo já citado Eng.^o Miguel Rezende. Entre estes núcleos pontuava o sector envolvente ao zonamento que está hoje subordinado à Escola Secundária Carlos Amarante. Em suma, a habitação era um dos problemas urbanos mais gritantes e centrais da sociedade bracarense.

Com a construção do Bairro das Casas Económicas (1935/39) – bairro Duarte Pacheco a partir de 1943 – iniciou-se em Braga uma identificada quanto datada política de habitação social, na qual o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência do Ministério das Corporações desempenhou o principal papel. Este período marcou toda uma época que instituiu um modelo de habitação familiar fortemente determinado por uma estratégia ideológica do regime e que, longe de resolver os problemas para os quais fora criado, não impediu mesmo o seu agravamento, tornando-se rapidamente desajustado das finalidades enunciadas. Todavia, as iniciativas prosseguiram, primeiro com o Bairro da Misericórdia, no extremo oposto da cidade, conhecido inicialmente pelo *bairro das casas dos pobres em Braga* (1949/60), e que foi desenvolvido ao longo de três fases.

Depois, com o surgimento da Federação Portuguesa das Caixas de Previdência, ainda durante os anos quarenta, Braga, como o resto do país, iria conhecer uma nova concepção de habitação social, agora mais pragmática, voltada para o alojamento massificado. Entre outros exemplos destaque-se as casas da Previdência, na Avenida Marechal Gomes da Costa (1947/1952), e as que se lhe sucederam, como as fronteiras à Escola Carlos Amarante, a Sul da rodovia (1956/58).

Com o acentuar do crescimento urbano, que se sentiu nas décadas seguintes, muito particularmente neste capítulo, o Comendador Nogueira da Silva não ficou indiferente a tão gritante reclamação da comunidade, ainda para mais quando, desde os finais de 1964, lhe foi atribuída a medalha de ouro da cidade e passou a ostentar o título de *cidadão honorário* de Braga. Fortemente imbuído de um espírito assistencialista tomou a iniciativa particular de construir um bairro social de *habitações para pobres e indigentes*, com a particularidade de recuperar o modelo da residência unifamiliar já em desuso na época. A intenção era a de proporcionar alojamento a uma população economicamente débil sem capacidade para pagar renda, ficando a gestão a cargo das Conferências de S. Vicente de Paulo. A ideia terá sido formalmente manifesta à câmara em carta dirigida de 28 de Julho de 1965, declarando a sua disponibilidade e as condições em que pretendia efectuar a doação.

O projecto do *Bairro do Património dos Pobres*, como hoje é ainda juridicamente designado, teve logo o apoio geral, entre os quais o da Igreja, que

cedeu os terrenos da *quinta da Mitra* na encosta do Monte Picoto, também conhecida por *Mata dos Arcebispos*. Tratava-se de um lugar ingrato do ponto de vista topográfico, como testemunham as reservas do parecer solicitado ao engenheiro urbanista, designadamente por causa dos trabalhos necessários à implementação das infraestruturas.



Bairro Nogueira da Silva.

As contrariedades iniciais, porém, não demoveram Nogueira da Silva, tendo as primeiras habitações avançado em Fevereiro de 1967, ainda antes de terem sido feitos os trabalhos de urbanização que dependiam da Câmara. Naturalmente que, sendo uma obra grata ao regime vigente, quer pelo exemplo, quer, sobretudo, pela natureza da oferta, prosseguiu célere sem esbarrar com os trâmites rígidos que habitualmente eram impostos aos empreendimentos desta natureza. Sendo formalizado como um *projecto de urbanização*, viria a ser *inscrito no plano ordinário de melhoramentos urbanos* desse mesmo ano, que, vale a pena recordar, é um testemunho exemplar das obras urbanas da época. Veja-se o Plano Provisório referente ao mesmo, enviado pelo Governador Civil ao Presidente da Câmara, que elenca as obras comparticipadas então pelo Estado. A saber:

- Construção do Escadório Monumental (Santuário do Sameiro) – 181/MU/53
- Túnel no Monte Sameiro;
- Ampliação do Grémio de Braga – alteração ao projecto – 61/MU/59;
- Conclusão das torres da igreja dos Congregados – 2.ª e 3.ª fase – Irmandade N.ª S.ª das Dores;
- Construção do Centro Apostólico do Sameiro – 275/MU/64;
- Construção da Faculdade de Filosofia de Braga – 306/MU/65;
- Pavimentação de arruamentos no Parque do Bom Jesus – 1/MU/49, Confraria do Bom Jesus (saldo da obra da Igreja);
- Urbanização a Sul do Hospital de São Marcos – 170/MU/65.

Em 1970 o Bairro Nogueira da Silva seria inaugurado pelo Chefe de Estado, o contra-almirante Américo Tomáz. Contudo, o Comendador Nogueira da Silva, ainda no início da obra, ficara *impressionado com os constantes pedidos de famílias pobres que pretend[iam] ocupar as casas*, razão que certamente, desde o início, sustentou a ideia de a prosseguir, como viria a suceder antes mesmo da sua inauguração. Dando continuidade aos seus desígnios de mecenas, decidiu não só ampliá-la e enriquecê-la, como, em Outubro de 1969, solicitar a instalação no referido bairro de um edifício escolar de *oito salas*. Iniciativa para a qual, desta vez sem contar, Nogueira da Silva foi obrigado a desembolsar os recursos necessários para a compra do terreno.

No entanto, mais do que um contribuinte que se limitava abrir os cordões à bolsa, imbuído de um certo paternalismo altruísta, o Comendador acompanhava e vivia activamente todo o desenrolar do processo, como está patente na diversa correspondência por este enviada às entidades intervenientes. A título de exemplo cite-se a sua missiva de 24 de Fevereiro de 1971, enviada ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. Viriato Nunes:

"Ex.^{mo} Senhor Presidente e Meu Ilustre Amigo

Só agora, já em Lisboa, tive oportunidade de ler o discurso proferido pelo meu Ex.^{mo} Amigo no acto da assinatura da escritura da venda pela Câmara à Federação das Caixas de Previdência do terreno destinado a um bloco

residencial, nele tendo encontrando a referência ao bairro que estou a construir na Mata dos Arcebispos.

Começo por o felicitar pelo brilho das suas palavras e por ter conseguido dar finalmente concretização a um projecto municipal que há tanto tempo se arrastava, o que constituiu mais uma prova do seu dinamismo e do entusiasmo que o anima, a bem da nossa cidade.

Também quero agradecer-lhe a amável alusão que me fez. Bem-haja. Mas, a esse respeito, permita-me um pequeno esclarecimento, pois disse ser o Bairro dos Pobres constituído por 54 casas, havendo mais 8 da Cruz Vermelha, quando é verdade é que estas últimas, que não eram 8, mas apenas 4, estão hoje integradas no primeiro, porque, a pedido daquela instituição e a fim de lhe valer numa hora difícil que atravessava, devido a uma situação de contravenção de estatutos, as comprei e paguei, reembolsando inteiramente a Cruz Vermelha do seu custo, como tinha de ser feito por alguém. Assim, neste momento, o Bairro Nogueira da Silva é formado por 68 casas já prontas e habitadas, ou sejam as 54 a que o meu Ex.^{mo} Amigo aludiu, mais 10 que entretanto se concluíram e as 4 compradas à Cruz Vermelha; e encontrando-se em adiantado estado de construção mais 42, o que elevará em breve o total para 110 casas.

Isto apesar de me faltar o incentivo da participação do Estado, em relação à 2.^a fase, pois o Fundo do Fomento da Habitação não há forma de me dar uma resposta definidora, mantendo promessas que não vejo concretizadas. Por outro lado é com satisfação [que vejo] terem começado com os arranjos de defesa dos arruamentos do bairro, como há tanto tempo se impunha (...) (aproveita, entretanto para agradecer e elogiar o Sr. Eng. Arantes, referindo-se como funcionário competente e brioso...e acrescenta,). Efectivamente, acabam de me informar estarem a proceder aos trabalhos de consolidação das terras dos taludes, construindo degraus nos vários desnivelamentos e, sobretudo, para os canos de esgoto, impedindo a sua próxima obstrução e completa inutilização. (...) (Atente-se à atenção dada aos pormenores).
Salve os arruamentos (...) muitos já estão a precisar de reparação (...) principalmente aquele, que do lado do estádio, constitui o trajecto entre a primeira e a segunda correnteza de casas (...) já mandei descarregar umas camionetas de terra.

(...) E já agora, peço vénia para abordar mais um problema. Como o carro

de recolha do lixo só vai ao bairro uma vez por semana (...) os caixotes de lixo são insuficientes (...) péssimo aspecto, mau cheiro.

Além disso, os moradores, que são já cerca de 400, crescerão cada vez mais, sobretudo quando forem distribuídas as 42 casas em acabamento, as quais devem ficar prontas dentro duns dois meses, e quando começar a funcionar a escola, que será necessariamente outra proveniência de lixos. (...) se possível, que a camioneta os vá despejar pelo menos duas vezes por semana, pois além do aspecto de estética, de educação cívica, de higiene e de bem estar dos moradores, podem também surgir problemas de saúde. (e para terminar comenta)

(...) Ganhei amor às coisas do bairro e sofro por tudo o que vejo que não corre tão satisfatoriamente quanto poderia ser (...) não estou a pedir nada para mim, mas apenas em benefício dos pobrezinhos, ao mesmo tempo que redundará em benefício da cidade, na medida em que melhora uma das suas zonas em condições de habitabilidade para os moradores e de apresentação para os visitantes. Mas creia que o meu agradecimento pela atenção que o Senhor Presidente possa e queira prestar aos assuntos expostos, esse é que será tal como se tudo revertisse, de facto, em meu próprio proveito... (Seguem-se as saudações habituais)".

Finalmente as obras do Bairro foram concluídas no decorrer do ano de 1972, pelo mesmo adjudicatário da primeira fase, o empreiteiro famalicense Amândio de Oliveira Carvalho.

* * *

Entretanto, de novo volvendo à varanda onde supostamente poderá estar definida a marcação de um retorno à cena, a nossa personagem, António Augusto, espera pela deixa que nós enquanto narrador, lhe devemos para retomar a acção.

O seu estado de espírito certamente que o levará agora a percorrer o caminho retrospectivo de uma vida inteira. Vivida. Tal como se recordará algo enevoa-

damente da Braga monárquica da sua infância distante, do imaginário das púrpuras mitradas, dos bentinhos e do incenso impregnado de uma cidade que, ainda hoje, simbolicamente, conserva as tensões dos dourados luxuriantes dos altares, dedicados ao Cristo triunfador, sofrido, ora luminoso e resplandecente, rodeado de santos com os nomes mais fantásticos, ora recatado no contraste da semi-obscuridade das naves e nos recantos dos templos, na intimidade das orações que se libertam, recordando-nos o traço telúrico rural que permanece. Também agora, já não só pela memória, certamente estranhará o desaparecimento da velha ordem de que participou, a mesma que se reconhecia no impacte dissuasor e no alcance providencialista dos Comendadores, não só pelo que estes ostentavam mas, mais forçosamente ainda, pelo que deles se esperava.

Para além de um sorriso cansado que podemos atribuir à personagem, talvez nunca se venha a saber verdadeiramente o que lhe ia na alma. Aparentemente não rejeitou ou se auto-excluiu dos novos tempos de ruptura que se viviam, apenas evitando ou vociferando contra os artificios do destino – mesmo que, admitamos, o tivesse feito na sua intimidade – mas também, ao que consta, não *virou a casaca* como outros muitos o fizeram. Não há certezas, se por revelação própria ou, não menos desmerecidamente, por escolha de um dos muitos conselhos que lhe acolheu, optou por um caminho diferente. Algo surpreendentemente não delineou o futuro para além de si e daquele que soube construir do modo mais expectante e dos referentes imediatamente mais próximos. No final teve o rasgo da originalidade e até, porque não, de uma certa audácia. No jogo da sorte, que tantas vezes se confunde com a vida, mais do que fortuna ou azar, esta cidade que foi para si um talismã, permitiu-lhe ensaiar o alcance distinto do seu olhar. Ironias da vida. Tendo construído o seu vasto pecúlio sob os ditames dos palpites, demonstrou que a verdadeira aposta está para além de todos os sortilégios e vertigens. A verdadeira obra constrói-se com generosidade e proporção.

Por fim, vem-nos à nossa própria memória Thomas Mann, na descrição daquela imagem intrigante e ao mesmo tempo instintivamente humana que dá do velho e poderoso Buddenbrook fenecendo no leito da sua majestosa casa, rodeado pelos herdeiros em *suspense*, soletrando apenas... *É curioso...É curioso...É curioso...*

Da cidade donde partimos vemos assim António Augusto Nogueira da Silva, no momento em que cai o pano.

Notas

¹ *Vid* Plano Provisório de Melhoramentos Urbanos de 1964: – Conclusão das Torres da Igreja dos Congregados de Braga (445/UM/48) – com a informação dos trabalhos estarem concluídos em 1963.

² Federação Nacional para a Alegria no Trabalho.

³ Actual sede do INATEL, N.º 77 da Avenida Central. Conforme informação do Dr. JJ Rigaud de Sousa (*vid.* DM, ed. de 17/X/2005), a casa foi construída em data anterior a 1863 pelo Negociante “brasileiro” de Braga, o Comendador João Joaquim Carvalho Rodrigues Braga (f. 1870).

⁴ Respectivamente, Ministérios da Educação Nacional e das Obras Públicas.

⁵ Polícia de Viação e Trânsito.

⁶ Bairro “Comendador Nogueira da Silva”, processo 93/MU/67 da DSMU – MOP.

⁷ Rosas, F. *cit.* pp. 516 in Bandeira, Miguel Sopas de Melo – O Espaço Urbano de Braga – obras públicas, urbanismo e planeamento (1790-1974) – A Cidade do Antigo Regime ao advento da II República – Braga, Tese Doutoramento apresentada à Universidade do Minho, ICS, policop. 2001.